

A CRÍTICA MARXIANA DA QUESTÃO DE MÉTODO

THE MARXIAN CRITIQUE OF THE QUESTION OF METHOD

Antônio José Lopes Alves*

RESUMO

No presente artigo se explicita o modo como a questão de método aparece no desenvolvimento maduro da crítica marxiana da economia política. Neste sentido, a argumentação indica o caráter particular que o problema da determinação da esfera dos procedimentos tem na cientificidade marxiana. Evidencia-se uma distinção radical para com a forma com que esta temática emerge e se desenvolve a partir dos primeiros momentos da filosofia moderna e medra nas elaborações kantiana e hegeliana. Em Marx, não somente o método não ocupa o lugar central da teorização, submetendo-se, ao contrário à regência do objeto, como o problema mesmo da delimitação gnosiso-epistêmica como elemento decisivo se acha superada. Por assim dizer, o próprio *discurso do método* se encontra negado.

PALAVRAS-CHAVE: Marx; Crítica da Economia Política; Ontologia; Teoria; Método; Fundamento

ABSTRACT

In this article explains how the question of method appears in the mature development of the Marxian critique of political economy. In this sense, the argument indicates the particular character that the problem of determining the sphere of scientific procedures has the Marxian. It is evident to a radical distinction with the way this theme emerges and evolves from the first moments of modern philosophy and thrives in Kantian and Hegelian elaborations. In Marx, the method not only does not occupy the central place of theorizing, submitting instead to the regency of the object, as the same problem of delimitation gnosiso-epistemic as a decisive element finds himself overcome. So to speak, the *discourse of the method* as such is denied.

KEYWORD: Marx; Critique of Political Economy; Ontology; Theory; Method; Foundation

* Doutor em Filosofia, Professor da UFMG e Membro do Grupo de Pesquisa Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes, CNPq. E-mail. ajlopesalves@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em seus contornos mais específicos a investigação da qual resulta a discussão a seguir teve como objeto o padrão de ciência que formata e determina a crítica marxiana da economia política em sua fase mais desenvolvida. O âmbito problemático não se circunscreveu propriamente à esfera metodológica, nem mesmo como capítulo de um desvendamento epistêmico, mas acabou por configurar-se numa aproximação explicativa do *estatuto das categorias* no pensamento de Marx. Um terreno, portanto, bem mais amplo, em cujas demarcações se abarca, obviamente a questão de método. O projeto assim delimitado e efetivado teve por inspiração e orientação intelectuais e teóricas a propositura chasiniana do *Retorno a Marx*, buscando desdobrar aspectos indicados pelo pensador brasileiro, mas igualmente tentando descobrir outros aspectos da questão da cientificidade marxiana.

Neste sentido, tratou-se tanto de uma continuação quanto de um desdobramento diferenciados, animado pela proposta de aprofundar o conhecimento acerca da resolução do problema do conhecimento na reflexão teórica marxiana. O resultado a que se chegou, e ao qual se subsume necessariamente a específica temática do método, é de o talhe teórico da cientificidade da economia política a configura como uma intelecção cujo o marco principal é determinar e explicitar a *differentia specifica* dos processos sociais em sua objetividade própria. Deste modo, o caminho do conhecimento depende do feitiço eminentemente particular e finito da processualidade societária em exame, seja num sentido histórico, seja num sentido ontológico. Em outros termos, a solução do conhecer está necessariamente subsumida pelas determinações que conformam e delimitam os complexos sintéticos categoriais que perfazem o objeto tomado. O que vale para o rastreamento das distinções de natureza precisamente histórica, na diversidade que comportam os desenvolvimentos das formas de sociabilidade, como igualmente para a identificação da esfera de pertinência e vigência das categorias nos diferentes momentos e modos de relação dentro de uma mesma totalidade histórico-social. Resulta disso, não haver no pensamento de Marx uma delimitação unívoca e definida em termos assertóricos acerca "do" método adequado. É possível encontrar, ao contrário, antes, a indicação de determinado *Weg*, demasiado geral, no qual o conhecimento mesmo desenha porquanto se proceda, sem a caução da suposição

de autonomia transcendental da razão nem a de uma figuração espiritual objetiva considerada princípio do mundo. O caminho é por isso *um dado roteiro*, sujeito aos percalços, às idas e vindas, às dificuldades próprias da lida com a objetividade do concreto que necessariamente transcende, num sentido físico e efetivo, o sujeito real que dele se aproxima e entabula a conhecê-lo.

Nada mais distante, por conseguinte, das pretensas garantias de validade, e (por que não?) *verdade, a priori* que tanto seduziu a filosofia moderna e a embalou em seu *sonno gnosio-epistêmico*. Por um parte, o roteiro do efetivo conhecer acorda o sujeito das ilusões oníricas da autoimagem construída em torno da racionalidade autoposta e autossustentada. O que não significa, de outra parte, a interdição do conhecer, tão a gosto das tendências predominantes e ainda em alta voga na atualidade. Diversamente, a propositura marxiana "tão somente" - o que não é pouco, contudo - reposiciona a atividade cognitiva, e seus desdobramentos efetivos, num devido lugar, determinado pela *posição* concreta estatuída pela conformação particular do objeto da teoria do social. Como não é possível evadir-se ou isolar-se da efetividade em que está imerso o sujeito real do conhecimento, senão, novamente, no mundo encantado do *cogito* e de suas deidades congêneres, a apropriação teórica da realidade social se dá num conjunto de condições objetivas que podem tanto pôr no horizonte quanto retirar da vista as possibilidades de intelecção¹. A imagem do cientista não corresponde mais àquele de um analista que, dispondo de uma ferramenta *pas-par-tour* metodológica esquadrinhe, de sua posição autárquica, o conjunto da extensão ou de um *em-si*, ou ainda na suposição de uma continuidade necessária e homóloga entre a lógica da cabeça e a forma do existir. Ao contrário, revela-se o investigador em sua contextura de *coisa* concreta determinada às voltas com a objetividade que precisa vitalmente deslindar. Ser objetivo que não se apresenta num primeiro momento mais que um registro intuitivo e representacional, mas que não esgota nisso seu *ser existente*, tem uma dada espessura de ser, a qual se ergue como convite e desafio cognitivos. Quem conhece, situado antes do mais, como um determinado *que* concreto socialmente delimitado, forceja por conhecer e apreender em passos de aproximação que destrinche a malha plena do existir. Analisando

¹ Não se delonga aqui muito acerca da questão da *posição* (*Standpunkt*) que determina o conhecer como posicionamento social, na medida em que esta apresentação se ocupa mais especificamente da descrição crítica do conhecer como atividade *in actu*. Para maiores esclarecimentos especificamente sobre a questão do *Standpunkt* em Marx: Cf. Alves, A.J.L. *A questão do Standpunkt na cientificidade marxiana: a querela do trabalho produtivo na economia política*, In *Verinotio*, n. 12, 2011, p.87 a 93.

sim, mas como um anatomista, as fibras determinativas que tecem urdidura e trama do objeto, para descobrir e fazer visível as formas específicas de *Dasein* que perfazem o tecido vivo da realidade social. Anatomia que se concretiza na vigência inarredável da corporalidade particular que é fendido desde suas mais imediatas epidermes até o conjunto de elementos e funções que se conectam pelas vias da construção efetiva de relações históricas de produção da vida humana. O que torna manifesto também o alcance da analogia travejado pela estrutura ontológica particular do social em diferença com o orgânico, ao mesmo tempo em que afasta qualquer suspeita de uma suposta orgânica da sociabilidade. A sociabilidade, como conjunto de relações, existe efetivamente se reproduz no tempo pela via das próprias interações concretas dos indivíduos sociais na configuração particular, no caso do mundo do capital, dada pela viger das classes. E a analogia cessa aí. Não se recobre o social pelo orgânico, assim como não se abre a alameda ao sentido oposto. Produção que é da interatividade objetiva, a vida societária não tem num suposto princípio único ou determinante da sua essência para atualizar-se, mas é de natureza transiente e mutável, na medida das transformações das condições historicamente produzidas e mobilizadas pelos homens reais. Que se retenha esta última observação como advertência às interpretações enviesada ou mesmo à má-fé da imputação.

I. FUNDAMENTO E MÉTODO

O caráter da pesquisa supracitada, bem como os resultados nela obtidos, e que aqui serão apresentados, permitem definir que o problema do conhecimento, em Marx, não resolve por sua remissão, nem muito menos sua redução, àquele do método. O que se observa é exatamente o afastamento explícito para com o padrão epistemológico da reflexão filosófica dominante acerca da cientificidade. Essa objeção à tradição preponderante é das “leituras” se dá num duplo registro. Primeiro como oposição ao vínculo imediato a Hegel, não, evidentemente, na direção de uma total inexistência de relação, mas tentando demonstrar a distancia crítica, de natureza ontológica, que os separa. O que permite, ao mesmo tempo, preservar “o Hegel” que há na reflexão marxiana, e em nada traz prejuízo em que esteja lá. Segundo, talvez o mais complicado, mas exigido pelo

primeiro lado da polêmica, a apresentação do que anteriormente já foi referido como *antimétodo* em Marx. Ou seja, não apenas o método marxiano não é um derivado da dialética de Hegel – ou de qualquer outra –, mas que a própria questão de método perde o sentido em Marx, se posta nos termos tradicionais desde Descartes ou Kant. Neste momento é possível situar de modo mais exato o significado radical da distinção do pensamento marxiano com relação à tradição que lhe é imediatamente anterior, uma vez que a posição de que Marx, por assim dizer, desmonta o *discurso do método*. Sendo um tanto ousado, e arriscado, poderíamos dizer mesmo que em Marx não há a operação de um método, de um conjunto de procedimentos que conformem a subjetividade científica qualificando-a ao conhecimento do verdadeiro. “Não há estrada real {*Landstraße*} para a ciência”, adverte Marx no prefácio à edição francesa de O Capital, não havendo assim um caminho único, privilegiado ou previamente configurado de acesso à cognição de mundo. A seguir, arremata afirmando que, “só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos” (MARX, 1998, p.31).

O ponto de partida de nossa recusa da leitura epistemologista da obra marxiana se ancora, conforme se explicitou no primeiro capítulo desta tese, na conquista teórica produzida por José Chasin no interior de sua proposta filosófica de “retorno a Marx”, cujos primeiros resultados analíticos se acham consolidados em seu “Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica”, publicado, inicialmente, como posfácio a Pensando com Marx, em 1995. Neste escrito, Chasin expõe o que denomina de “ontologia estatutária”, determinação do caráter presente na obra marxiana, a qual se apresenta como produto de uma década e meia de pesquisa rigorosa na obra de Marx, em especial às questões relativas ao processo de formação do pensamento marxiano em suas feições próprias. Neste sentido, os estudos de Chasin se situam nos antípodas das correntes majoritárias, uma vez que se propõe à “escavação” cuidadosa dos escritos marxianos. Busca encontrar, nos próprios textos e termos de Marx, o padrão de racionalidade que os conforma e que, ao mesmo tempo deles resulta.

Mas qual a natureza desta ontologia, desta referência teórica ao ser das coisas e a forma de ser dos entes? Metafísica? Hermenêutica? Fenomenológica? Estatutária. Numa palavra, antissistêmica, não afeita a construções apriorísticas nem exercitada como puro

jogo de categorias. Tema pela primeira vez levantado por Lukács, num dos capítulos de sua penúltima obra intitulada, *Para uma Ontologia do Ser Social* (v.I, 2012, p.281-302), a existência de uma “ontologia” na obra marxiana, e das relações desta com a questão de método, foi também objeto de exame rigoroso no texto chasiniano acima referido. Chasin, seguindo os passos analíticos e os indicativos recolhidos da própria obra de Marx acerca desta questão, em especial os contidos em *Introdução de 1857*, desenvolve um exame cuidadoso das principais determinações dos procedimentos marxianos, buscando configurar um esboço de conjunto desta problemática. Pesquisa atenta, a qual se teve por motivação certas observações lukacsianas, em muito acabou por superá-las, e, em certa medida, corrigi-las. A este respeito, Lukács explicitamente termina por confinar o caráter ontológico da obra marxiana em termos bastante tradicionais e acadêmicos dentro de contornos usuais na filosofia, em sua relação como ponto de partida e arrimo de um sistema. Além disso, há também uma demasiada aproximação a Hegel, através da postulação de que haveria neste último uma ontologia tendente ao efetivo, por ele não desenvolvida, desvirtuada pelo esquematismo lógico, a qual teria sido recolhida e modificada por Marx no sentido da apreensão do mundo concreto por si. Chasin, ao contrário, baseando-se no que denomina *três críticas ontológicas*, da política, da especulação hegeliana e da economia política, produzidas por Marx, pretende mostrar o movimento de constituição do pensamento marxiano em exata oposição ao idealismo. Não apenas, e em primeiro lugar, metodologicamente, mas do ponto de vista da questão do ser. Em Hegel há uma identidade entre Ser e Ideia, em Marx não. Haveria no pensamento marxiano uma prioridade na ordem do ser do mundo efetivo em relação às formas de consciência e idealidade. Não há um princípio racional que explique o mundo e se realize por meio da história, ao revés, há a história efetiva da produção humana de mundo, atravessada por toda sorte de contradições e tensões. Como padrão de reflexão que apreende e reproduz a trama do real, os fundamentos do pensamento marxiano não podem se articular num sistema ou esquematismo, mas num conjunto de evidências e proposições gerais, obtidas pela própria pesquisa do mundo.

Deste modo Chasin destaca, num escrito postumamente referido, que,

(...) a ontologia marxiana não é uma resolução de caráter absoluto, nos moldes do sistema convencional, mas a condição de possibilidade de resolução do saber. É, em outras palavras, um estatuto movente e movido de cientificidade, orienta e é orientado pela ciência e pela prática universal dos homens. Orienta e é orientada,

guia e é guiada, corrige e é corrigida. Ou seja, não é um absoluto inquestionável, uma certeza estabelecida por dedução a partir de axiomas, de uma vez para sempre (CHASIN apud VAISMAN, 2001, p.IX).

A ontologia marxiana, deste modo, nunca se apresenta como um todo fechado de categorias encadeada numa ordem de determinações a priori e sistemática, nem se postula como último e permanente delineamento das formas de ser. Ao revés, coloca-se, antes de tudo, como,

Afirmção da objetividade do mundo e a possibilidade de ser conhecido, possibilidade determinada que é sócio-historicamente, exercendo a função de base e guia para a ciência da história, especificamente como ontologia regional do ser social, e que se nutre das ciências e a elas respondem tanto quanto elas mesmas têm de responder aos lineamentos ontológicos pelos quais se guiam, mas os quais não tomam como coágulos de saber imutável. De sorte que ontologia e ciência se potencializam e se criticam recíproca e permanentemente (CHASIN apud VAISMAN, 2001, p.VII).

Não sendo então um conjunto de noções abstratas das quais, sob a égide de um esquema que seria conformado por estas mesmas, se extrairiam os resultados particulares. Em verdade, é desta última etapa, a compreensão dos resultados, é que se ergue uma ontologia estatutária. Assim, a esfera mais geral e a mais particular, no ato de conhecimento, guardam uma relação bem específica, não de concorrência ou oposição, mas de promoção e correção mútuas e contínuas.

Neste sentido, clarifica-se como improcedente supor à base da crítica da economia política uma forma de lógica ou de sistema de categorias qualquer construído *a priori*, independentemente de sua sofisticação ou de permitir uma compreensão de algum tipo da contraditoriedade imanente ao real. Em havendo a explicitação de elementos contraditórios na ordem do capital pelo pensamento marxiano, e há, com certeza, tais traços, antes de configurarem um princípio de inteligibilidade puro ou de indicar uma substância, pertencem ao caráter imanente das coisas abordadas. Em Marx, a contradição não é um postulado metodológico *a priori*, nem é regra de procedimento (tratar o mundo pela “ótica” da contradição), mas é característica da síntese efetiva que preside a existência concreta de dados produtos humanos numa sociabilidade atravessada por um tipo específico de determinações. Assim sendo, em havendo algo de “dialético” na obra marxiana, não é seu método, mas a própria coisa, objeto de estudo. Não se trata aqui da operação, mediante a

qual um determinado conteúdo seja conformado no ato de sua abordagem por uma teoria geral ou lógica da contradição de qualquer espécie. Muito ao contrário, trata-se da investigação do objeto, que parte de sua forma de existir a mais imediata, como se apresenta efetivamente, seu *Dasein*, para, a partir daí, descortinar por meio da análise de suas determinações a sua forma essencial, a qual é contraditória. Por exemplo, a mercadoria, um ente atravessado em sua essência pela contradição entre valor de uso (conjunto de propriedades concretas que a tornam aptas a satisfazer alguma necessidade social) e, por outro lado, valor (propriedade social que a torna trocável por outro produto qualquer). Não é uma lógica da contradição que rege a pesquisa, mas é esta última que desvela, ou não, a contradição imanente à forma da mercadoria.

E aqui cabe um esclarecimento. Não se trata, é evidente, de afirmar uma dialética da materialidade, independente de saber-se o que seja isso, ou mesmo da sua existência ou não, mas de explicitar a posição reciprocamente contraditória das determinações na imanência da *forma mercadoria*. Forma que não pode ser identificada como "natural" aos produtos *como* produtos, mas é assumida por estes em seu *existir* concreto no modo de produção capitalista. Neste sentido, é igualmente patente que não é a cadeira, por exemplo, em sua materialidade concreta, como coisa feita deste ou daquele material, que possui uma articulação contraditória de determinações, como poderia supor-se partindo de um materialismo abstrato e empiricista ("dialético" ou não), mas a é da sua existência, objetiva, como mercadoria. A contradição se afirma como cerne da forma de ser das coisas como mercadoria, e não apenas por serem resultados do trabalho humano. Que a forma mercadoria apresente consequências efetivas – limitadoras ou promotoras de desenvolvimento – para a própria produção humana é outra questão, a qual concerne à relação progressivamente contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e a prevalência das relações capitalistas de produção. O que confirma e não nega, pois que determina de maneira precisa seu estatuto, o caráter efetivo e objetivo da contradição no pensamento marxiano. Pois, uma vez que a compreensão daquela se instaura de maneira diversa seja da questão de método moderna, de Descartes a Kant, seja da identidade entre método e desenvolvimento real, tese que atravessa o sistema hegeliano.

É neste diapasão que Marx afirma no posfácio à segunda edição de *O Capital* que

Meu método dialético, em seu fundamento {*Grundlage*}, não é somente diferente do hegeliano, mas é também seu oposto direto {*direktes Gegenteil*}. Para Hegel, o processo do pensamento {*Denkprozeß*}, que ele, sob o nome de ideia {*Idee*}, transformada num sujeito autônomo, é o demiurgo do efetivo {*Wirklichen*}, este apenas a sua manifestação externa (MARX, 1998, 23, p.27).

Ou seja, a distinção entre Marx e Hegel se dá num nível muito mais essencial que aquele circunscrito à esfera dos procedimentos. O fundamento hegeliano é a da identidade entre ser e ideia antes referida. Identidade que inverte a relação de determinação real entre ser e pensar, fazendo do primeiro um modo de ser particular ou fugidio, e em si inconsistente de manifestação do segundo. É a postulação de um ser para além dos entes, à parte deles, o qual o determina a multiplicidade de coisas e processos como a série de modos contingentes de seu aparecer. Por isso, a história humana, em Hegel, é fenomenologia da substância racional automovente, uma coisa/pensamento autônoma e viva. Para Marx, continuando o texto acima citado, “pelo contrário, o ideal {*Ideelle*} nada mais é senão o material transposto {*übersetzte*} e traduzido {*umgesetzte*} para a cabeça do homem” (MARX, 1998, p.23). Resulta disso que a natureza da teoria é *tradução* da coisa enquanto efetivamente existente para a forma do pensamento. Sendo assim, a explicitação de uma lógica, de um modo de ser específico de um ente específico. Não há uma homologia direta entre ser e idealidade, entre o processo pelo qual a coisa é o que ela é e aquele outro através do qual a rede de suas determinações é abordada e apropriada conceitualmente pela cabeça. Neste sentido, também no posfácio, numa conhecida passagem, a qual é tomada (e traduzida) unilateralmente, Marx arremata a discussão. Assevera que em Hegel a dialética em sendo um processo de desenvolvimento da Ideia, de um ente da pura razão, que por suas mais variadas diabruras põe efetivamente o mundo, “ela”, a dialética, “está assentada sobre a cabeça [*steht bei ihm auf dem Kopf*]. É preciso invertê-la [*Man muß sie umstülpen*], para que possa ser descoberto o seu núcleo racional [*rationellen Kern*] envolvido no invólucro místico” (MARX, 1998, p.23). Em outros termos, não se trata de uma inversão de cunho metodológico ou lógico, mas remete à ordem de determinação dos entes como tais. Ao invés de assentar as categorias “na cabeça”, isto é, na racionalidade pura da substância ideal, deve-se assentá-las na efetividade do mundo. Da razão como postulado à forma de ser como descoberta, eis a rota do distanciamento entre Marx e a especulação hegeliana, e

permite o descortino tanto dos méritos do “grande pensador” quanto das mazelas que pervertem as conquistas teóricas.

Assim, “núcleo racional” – a evidência da contradição e da dinamicidade como traços imanentes aos modos de ser e aparecer – é ferido de morte pelo invólucro místico, a transformação de um caráter dos entes em substância que lhes subjaz, para aquém e para além deles. Sendo entes e processos tão somente formas de aparecer, ainda que necessárias, da substância. Neste sentido, acaba por tomar uma face eminentemente conservadora na medida em que faz do desenvolvimento efetivo tão somente momento do evoluir da substância mística, uma etapa de realização da racionalidade posta desde o princípio como pressuposto e não como conquista possível. Como resultante mais que conhecida tem-se a santificação do existente em nome da razão pressuposta em todo processo e o estancamento da própria mudança.

Nada mais distante disso que a compreensão das categorias como *Daseinsformen*, formas de ser (de estar aí) – e não *do ser* – *Existenzbestimmungen*, determinações de existência, como aparece explicitado pela primeira vez em Introdução de 1857, aos *Grundrisse* (MARX, Bd.42, 1983, p.40) a qual aparece plenamente exercitada em *O Capital*². As categorias não são entes da pura razão, existentes apenas e diretamente na forma conceitual ou como regras de ação dos sujeitos, mas são formas de ser da efetividade que podem ser capturadas e transformadas em conceitos. No contexto estrito definido pelo conhecer, produção de conceitos pela atividade da cabeça humana, os quais correspondem, ou não, na forma do pensamento, ao fim do processo, ao objeto concreto abordado. É um roteiro que vai da coisa enquanto complexo imediato de determinações, o concreto tal qual se apresenta, a população ou a mercadoria, por exemplo, à reprodução de sua articulação íntima e imanente como concreto representado no pensamento. No final, o que se deve ter é a apreensão das relações sociais de produções e das classes nelas implicadas, bem como do valor como determinação social da mercadoria em contradição com o valor de uso. Das categorias na forma do ser (*in der Form des Seins*) àquelas do pensamento e da racionalidade. Pressuposto aqui está evidentemente a posição do real e do ser como objetividade, como complexo de categorias, de determinações articuladas em uma rede de

² Para maiores esclarecimentos, remete-se o leitor à *cientificidade na obra marxiana de maturidade: uma teoria das Daseinsformen*, conforme consta das referências deste artigo, tese de doutorado, da lavra do autor, em especial ao capítulo IV intitulado *O valor e suas formas*.

relações recíprocas, e por vezes antitéticas, que existem independentemente das operações mentais pelas quais venham a ser capturados. Complexo de ser que é por si mesmo e reage ao sujeito nas suas mais variadas formas de atividade, e não apenas na cognição. Objetividade que aponta, ao mesmo tempo, tanto para o caráter de por si da coisa, quanto à sua possibilidade de *vir-a-ser* objeto de uma dada atividade, inclusive do pensamento. Além disso, vale ressaltar que *Daseinsformen* apontam em seu sentido direto para formas do efetivamente existente, ou seja, das coisas, da mundaneidade, do concreto, e não do ser em sentido geral. Vê-se confirmado mais uma vez a natureza não especulativa do movimento cognitivo, pois, este não tem como pressuposto o ser em sua generalidade, mas a multiplicidade dos entes, dos quais cabe apreender *seu* ser, a forma nas quais as determinações de existência se articulam e o fazem ser o que é e como é.

A pesquisa, não obstante a sua aparência, não se reduz à pura recolha e justaposição empirista de caracteres, nem a posição destes num esquema silogístico qualquer. É o processo no qual as abstrações produzidas pela investigação da coisa, a extração de dados aspectos, perdem seu caráter simples e extremamente geral, ganhando em concretude e especificação. É a investigação de uma dada época concreta da produção humana, por exemplo, partindo de seu aspecto mais imediatamente constatável em direção à determinação de suas principais categorias, de suas formas de ser, passando pelo processo de extração – de abstração – de dentre seus elementos aqueles comuns a outros momentos histórico-sociais, bem como, e principalmente, daqueles que a distingue das demais. É um traçado no qual se tem em tela a *diferença específica* a cada ente ou processo estudado. Por exemplo, a determinação da forma social particular que assumem os meios e condições de produção da vida humana, bem como o intercâmbio, no modo de produção capitalista. Não é a subsunção da concretude a uma tipologia ou a um princípio gerais, mas a dilucidação das determinações particulares do concreto, assim como a sua reprodução pelo pensamento. É apreensão da síntese das categorias conforme sua articulação na realidade. Não se trata de simples “reflexo” ou “impressão”, mas de *tradução* da síntese concreta de determinações na forma da efetividade para a de uma síntese de determinações na forma do representado. Traduzir comporta, evidentemente, uma mudança necessária de registro. Frente às palavras de um dado idioma tem que se apresentar outras, na língua do sujeito que traduz, que comportem a rede de significados original e não apenas *um nome*. O que por si pode abrir

caminho, involuntariamente ou não, ao adensamento ou mesmo à desvirtuação de sentido. De modo análogo, a tradução do concreto existente em concreto pensado exige não a introjeção pura e simples da coisa - entes ou processos - no cérebro ou uma representação imagética qualquer, mas a posição da rede de determinações numa forma específica de reprodução ideal.

É o exato roteiro que vai das abstrações razoáveis às determinações de existências - conforme tematizado também por Chasin em Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica - que se vê realizado na análise da mercadoria. Parte-se da mercadoria como *forma elementar (Elementarform)* da riqueza no mundo do capital para se alçar à identificação do valor como categoria determinante da produção (MARX, 1998, Bd.23, p.49). Forma elementar, por que modo de ser particular assumido pelos produtos da atividade humana vital no interior da sociabilidade capitalista, enquanto realizações do trabalho assalariado, inserido na troca entre força de trabalho e capital. O ponto de partida da análise marxiana não é o valor, que é exatamente o que cabe ser elucidado, nem muito menos o “conceito de valor”, mas a mercadoria tal qual ela é na efetividade, na mundaneidade do capital. Neste sentido, Marx nunca parte de conceitos, mas da coisa tal qual ela se apresenta, para, através da sua análise, da investigação da série de suas determinações, das mais aparentes às mais essenciais, alcançar um conjunto de categorias simples que conformem a “lógica” da coisa estudada. No caso específico da mercadoria, valor e valor de uso, na sequência, trabalho abstrato e trabalho concreto, e a partir daí num movimento crescente de especificação, a delimitação do trabalho abstrato, “simples gelatina de trabalho humano social”, *sans phrase*, como *substantia* do valor da mercadoria (MARX, 1998, Bd.23, p.56-61). O caminho assim percorrido pela atividade do conhecimento começa tomando a mercadoria em sua aparente simplicidade, com a qual os agentes da troca estão acostumados e nela imersos, bem como de opacidade imediata, para chegar à mercadoria como figura desvelada, um *plenum* de determinações de existência. Momento final este em que agora se torna visível não somente um conjunto de abstrações, mas a articulação das mesmas, as quais perfazem a coisa como ente enquanto tal. Articulação esta parametrizada pela identificação precisa do que constitui o *momento predominante (übergreifendes Moment)*, da categoria que determina em última instância a forma de ser específica do objeto. Momento, ou elemento constitutivo duma dada totalidade de

determinações, o qual delimita a natureza da relação entre as categorias. No caso da mercadoria, o valor, e sua substância, o trabalho abstrato. Não que as demais categorias sejam simplesmente negadas em sua vigência ou existência, mas estas têm definida sua esfera em relação àquela que delimita a coisa como coisa específica. Assim, o valor não pode existir, na pura abstração, *par soi même*. Tão somente o é pela sua existência como determinação social de dado produto do trabalho humano concreto. Entretanto, não é por ser apenas produto do trabalho, dirigido a uma necessidade específica, que algo se torna mercadoria. Um produto não é por si imediatamente mercadoria, somente o é sob a condição de ser também imediatamente, *ser-para-outro*, ser para a troca, realização e relação de trabalho social geral incorporado num valor de uso. Daí a regência ser do valor, da categoria através da qual a trocabilidade universal das coisas e atividades é efetivada como aspecto imanente ao produto. Realização do trabalho humano na particularidade histórica da troca de força de trabalho por salário. Como momento predominante da forma mercadoria, o valor é uma determinação central obtida pela análise da efetividade da mercadoria, e não um pressuposto analítico ou princípio do qual se deduziriam as demais formas como modos de sua existência particulares. A este respeito, num manuscrito datado de pouco antes de sua morte, Marx observa contra Adolph Wagner, crítico alemão de sua obra que atribuía à categoria valor papel similar àquelas desempenhadas nos sistemas filosóficos pelas ideias “claras e distintas” – das quais se deduz o mundo – que,

(...) eu não divido o valor em valor de uso e valor de troca, como termos antitéticos em que se decomponha o abstrato, o ‘valor’, mas afirmo que a forma *social concreta* do produto do trabalho, da ‘mercadoria’, é por uma parte valor de uso e por outra parte ‘valor’, não valor de troca, posto que este é uma simples forma de manifestar-se e não seu próprio *conteúdo* (MARX, 1962, p.369).

O que se tem desenhado, ainda que sumariamente, na analítica da coisa mercadoria, poderia ser descrito como um método? Por certo um caminho dado foi percorrido, mas valeria ele para todo e qualquer objeto? O que podemos observar não é o exercício de uma metodologia universal ou a descrição de *uma chave* de interpretação dos fenômenos, mas um simples roteiro de percurso. Passos por meio dos quais se atravessa as sendas de aspectos e elementos de uma dada concretude, uma via que não está dada, mas que se percorre. Neste sentido, e apenas neste, talvez, um *método* (*μέθοδος*), um caminho que se

segue em direção a um algum objetivo ou lugar. A palavra grega que é marxianamente tomada em seu sentido o mais literal, pois, há apenas caminhos específicos para o desvelamento da verdade de coisas específicas. Da mesma maneira que somente caminhos específicos podem nos levar a lugares específicos. Certamente, caminhos e atalhos, desvios e bifurcações, podem nos levar, como roteiro alternativo ao destino. Mas isso ao preço de nos perdermos em sendas e, mesmo, nos afastar-nos demasiado do objetivo.

Assim, como nem todos os caminhos não nos levam a todos os lugares, sendo o roteiro definido pelo objeto, o conhecimento, ao menos em seus inícios, não possui um mapa detalhado de antemão. Resta-nos o parâmetro oferecido pela própria coisa, não havendo uma fundação *a priori* que decida a questão do saber anteriormente ao próprio saber. Portanto, todo movimento de conhecimento é uma caminhada pelas escarpas tortuosas do objeto enfrentado. Marx assim se acha aqui em franca oposição a toda a tradição filosófica moderna anterior. Para essa, a posse de *um* método seria a garantia de verdade da ciência. Em consequência, o momento de prefiguração da subjetividade do pesquisador seria o momento central de constituição do saber, e o objeto, um produto do modo de concebê-lo. Na obra marxiana dá-se o oposto, a cientificidade tem seu *fundamento* na investigação minuciosa das determinações da coisa sob o mando da própria coisa tornada objeto da atividade científica. Neste sentido, afirmamos com Chasin, com certa tranquilidade e uma dose inevitável de ousadia que, “a rigor não há uma questão de método no pensamento marxiano” (CHASIN, 2009, p.89). Melhor ainda, não haveria sequer método *strictu senso*, “se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas, preliminarmente estabelecida, que sustente, ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento” (CHASIN, 2009, p.89). Assim sendo, nunca ocorre em Marx uma preponderância da questão do conhecimento, da sua possibilidade ou das vias de se atingi-lo. Não que isto seja descurado. Mas é de muito evidente o fato de que tais questões somente apareçam referidas após um dado percurso, mais ou menos acabado, no qual certa articulação do material se torna coerentemente apresentável. Disto é testemunha o lugar destinado por Marx à questão do método da economia política na supracitada Introdução de 1857, como terceira parte, após a dilucidação das relações entre produção, consumo, troca e distribuição no interior da produção de mercadorias. Igualmente a questão da possibilidade da verdade do

conhecimento, que depende mais da determinação histórico-social do pensamento, do *Standpunkt* no qual se faz a ciência, do que da posse de uma metodologia especial. A este respeito, vale referir a análise, feita por Marx no mesmo posfácio a segunda de *O Capital*, acerca da impossibilidade social da economia política na Alemanha de seu tempo, na exata medida do descompasso da realidade alemã com aquela predominante nas duas outras potências europeias (MARX, 1998, p.19-22).

De toda esta questão resulta não haver em Marx também uma garantia prévia da verdade, ainda que possa haver verdade, a obtenção de um dado conhecimento pela investigação e exame da coisa. Neste contexto, Marx se situa a uma segura distância tanto frente à tradição epistemológica moderna, a afirmação da garantia *a priori* do verdadeiro mediante a posse de um método universal de conhecimento, quanto da pura negação *in limine* da possibilidade do conhecimento do verdadeiro. Essa última, advogada pelas diversas correntes que compartilham do *perspectivismo*, que caracteriza a linhagem filosófica de origem em Nietzsche, a qual desaguou nas várias propostas de hermenêuticas surgidas no decorrer do século XX e ainda vigentes. A possibilidade do conhecimento, na obra marxiana, é afirmada como evidência da relação prática com o mundo e a verdade é posta como meta a ser alcançada mediante o exame da efetividade e o descortino das determinações que a enformam objetivamente.

A seguir, serão apresentados de forma mais detalhada dois momentos nos quais o exame do caminho (*Weg*) percorrido pela crítica marxiana da economia política em sua feição mais madura em direção à apreensão da *differentia specifica* do capital. Marx não se dedicou com muita frequência a esse tipo de incursão ao problema do conhecer, e do método em especial, de forma destacada, mas podem-se destacar duas ocasiões em que isso se deu em sua obra. Primeiramente, na famosa *Einleitung zun den "Grundrisse"*, redigida em 1857, à qual o próprio Marx refere no prefácio à *Para Crítica da Economia Política*, de 1859. Não obstante seu autor a tenha considerado inadequada, dado o risco de antecipar conteúdo e conclusões somente compreensíveis na medida em que o texto integral, escrito entre 1857-1858, fosse então apropriado pelo leitor, em razão deste ter se mantido na forma de manuscrito não publicado, acaba a introdução em questão tendo grande importância para a compreensão do pensamento marxiano. A segunda ocorrência desse tipo de discussão é a registrada no posfácio à segunda edição de *O Capital*, já em resposta a certas objeções que

demonstraram incompreensões acerca do caminho do conhecimento trilhado pela crítica da economia política em sua principal obra.

II.A CRÍTICA DO MÉTODO

O exame específico acerca do método na Introdução de 1857 se localiza na sua parte terceira, não obstante a questão já tenha sido referida ou mesmo sumariamente discutida nos dois itens anteriores. Tal exame se dava no contexto da circunscrição inicial do estatuto das categorias, o qual também se apresenta em *Die Methode der politischen Ökonomie*, em igual âmbito. Isso é decisivo para a compreensão do espaço determinado, nunca determinante, que o problema do método possui no pensamento marxiano. Esse tema jamais é abordado em sentido autônomo, desconectado do objeto, como a elaboração de um sistema de procedimentos a ser aplicado no enfrentamento cognitivo a qualquer complexo categorial. Não por acaso, o exame do modo (*Weise*) ou do caminho (*Weg*) mais adequado ao conhecimento da realidade social principia não com uma simples discussão de fundamentação *a priori* do método, com o estabelecimento de um preceito ou de uma regra procedimental, mas com o exame da contextura do próprio objeto. A questão primeira não é *afinal qual o melhor modo de organizar previamente a aproximação*, e sim *afinal do que é que nos aproximamos*. A determinação da contextura ôntica do objeto precede a do modo de apropriá-lo conceitualmente. Em outros termos, o que é o concreto? Essa interrogação se desdobra pelas páginas da *Einleitung* e passa a retracejar, na sequência de seu desenvolvimento e discussão, o caminho percorrido pela apreensão das categorias mais essenciais ao modo de produção capitalista. Frise-se que se trata da compreensão de um itinerário de viagem já concluída, de percorrer sob a forma do objeto aquelas sendas que o foram sob o modo da prática cognitiva da ciência. Não tem esse excursionar pelas vias do método nenhum talhe prescritivo, mas um caráter puramente demonstrativo, sintético e representativo. Há que atentar para o fato de que Marx somente expõe a questão do *Weg* após a identificação das categorias mais importantes da produção (*produção, distribuição, troca e consumo*), do caráter específico destas e, principalmente, do exame da articulação e das relações recíprocas havidas entre elas.

A parte do escrito em questão começa exatamente pela determinação do próprio concreto. Com a investigação acerca da diferença entre o *concreto* propriamente dito e o *imediato*, o “dado puro”, conforme este se oferece à intuição e à representação. A população, p.ex., tal qual esta aparece diretamente, é uma *Abstraktion*, uma noção ou uma percepção empírica vazia, quando não se leva em consideração as determinações que delimitam e ordenam a sua existência enquanto efetividade. O que não significa a postulação da existência de um princípio *a priori* ideal ou suprassensível, frente ao qual o empírico como tal seria declarado como *falso* ou *irreal*. Os entes ou processos que se encontram na experiência são o ponto de partida irrecusável de qualquer propositura científica. Nesse sentido, o existir-aí, concretamente, da população *die Grundlage und das Subjekt des ganzen gesellschaftlichen Produktionsakts ist* (MARX, 1983, p.35). A questão não é discutir a efetividade da *população*, mas sim encontrar as categorias, bem como a concatenação que vige entre estas, que a determinam e a perfazem como tal. A concretude da população, como ente, não é posta em suspeita. O adversário marxiano não é o empírico, o finito, o que equivaleria à posição especulativa de negar concretude ao mundo objetivo por-si, mas sim, o empirismo, a redução da concretude ao conjunto de determinidades imediatamente perceptíveis e mensuráveis do concreto existente. Além disso, é importante frisar que a cada nova determinação ou pressuposição que se descobre, uma série de outras é trazida à tona. Ou seja, no discurso científico marxiano não é possível definir *uma* categoria em “última instância”, que determine em absoluto, como fundamento primeiro ou à qual os complexos categoriais realmente existentes possam ser simplesmente reduzidos conceitualmente. A analítica escava e abstrai das figuras empíricas – sejam tais, processos ou entes – as suas determinações.

A análise tem como meta extrair e fixar determinações que encaminhem a cognição na direção do ultrapassamento da *chaotische Vorstellung des Ganzen*, da apreensão do finito dado em sua determinidade imediata. É um procedimento de cunho analítico, ou seja, cuja *démarche* reside no destrinçar o concreto na figuração em que este se apresenta, e assim separar os aspectos nele presentes. O que indica haver duas pressuposições básicas, que se situam *aquém* da ordem propriamente metodológica, mas que a delimitam e orientam. Primeiro, a afirmação da existência *por-si*, e não somente *em-si*, da efetividade sensível. A ceterioridade do finito é, por conseguinte, um ponto de honra central para a

posição marxiana. Não é o ato conceitual ou teórico que dá realidade concreta a um *objeto efetivo* - *Gegenstand*, para retomar as *Ad Feuerbach* (MARX, 1969, p.5) - mas, ao contrário, aquele, como atividade de um ente igualmente concreto, deve ter como *Ausgangspunkt* a plenitude do efetivo, do *que é*, como referencial para a apreensão, e o posterior estabelecimento em nível teórico, do *ser*, da determinação, deste. Em segundo lugar, e como corolário necessário da posição analítica de Marx, emerge a afirmação de que as categorias como tais são formas determinativas do finito efetivamente existente. Em outros termos, os aspectos essenciais obtidos analiticamente não são entendidos como apanágios da inteligência, mas como determinações da própria *coisa* teoricamente enfrentada, no caso, da produção dos indivíduos sociais produzindo como *uma* população particular. Não se trata da recusa do empírico em favor de outra *dimensão de realidade* que, supostamente, se situaria “acima” ou “além” do finito. O ente ou o processo a ser esclarecido é já, de saída, objetivamente, uma totalidade de categorias. Ao contrário, a questão é a de discernir o aspecto essencial, ou o conjunto deles, que determina a forma de existir, do *Dasein*, no caso, da população. A população como tal, em sua finitude, é já o *concreto*. O que se debate é a definição do que a torna *essa* população particular, produzindo segundo o modo historicamente determinado pelo capital. O que, de certo modo, afasta a posição marxiana do registro hegeliano, apesar das aparências discursivas. O concreto como *Zusammenfassung vieler Bestimmungen* é uma pressuposição antes de tudo de talhe ontológico. A síntese ou concatenação categorial das diferentes determinações existe como forma da efetividade da coisa, e na coisa, independentemente da inteligência. Coisa e inteligência são momentos do processo, mas não estão nem necessariamente dispostos um ao outro adequadamente, nem têm a mesma textura de ser. O primeiro termo do processo, *a coisa*, delimita e, aí sim, está obrigatoriamente pressuposta à cognição. O movimento desta última é que, ao aproximar-se analiticamente, tem por finalidade a produção de uma síntese pensada (MARX, 1983, p.35). Em Marx, o ser e o pensar permanecem existindo como momentos diversos de uma relação real e determinada, não se identificam, apesar de poder estabelecer-se entre ambos uma dada conexão qualquer.

A partir do esclarecimento da questão que necessariamente está pressuposta naquela do conhecimento, se dá a distinção entre dois *Wege* frente à efetividade imediatamente dada, à *população*. De um lado, o caminho seguido pela economia política, o qual consiste

em obter por meio da análise da totalidade imediata de relações, categorias cada vez mais simples, com base nas quais se construíram os sistemas explicativos clássicos acerca da produção capitalista. Este caminho contempla um *granu* de verdade, porquanto se efetive na abstração de determinados pontos importantes e os fixe como categorias científicas, conceitos. No entanto, a operosidade conceitual das categorias acaba por resumir-se seja à elaboração de um sistema que as toma como expressões da produção em geral como absoluto ou natural, seja como conceitos gerais dos quais se deduzem dadas relações particulares como *seus casos*. De outro lado, está *aquele último (Das letzte)*, seguido por Marx, o qual inclui como etapa necessária a que se empreende a *viagem de volta (die Reise wieder rückwärts)* ao concreto efetivamente existente, à *população*, mas não mais como uma representação ou figuração caótica do todo, e sim como uma reprodução conceitual do fundamento e sujeito reais da produção. A totalidade categorial por-si é retomada agora como conjunto de categorias, devidamente articuladas, no pensamento, como síntese pensada. O caminho científico marxiano opera, portanto, num roteiro que vai do concreto conforme este se oferece imediatamente ao concreto compreendido como tal pelo pensamento, passando pelo trecho da abstração, no qual os *momentos isolados (einzelnen Momente)* são *mais ou menos fixados e abstraídos (mehr oder weniger fixiert und abstrahiert)* (MARX, 1983, p.35). Procedimento esse que o *modus operandi* de Marx tem em comum com aquele da economia política clássica. No entanto, o movimento de aproximação científica da realidade não cessa na obtenção daqueles momentos abstratos, ao contrário, estes são remetidos à concretude que perfazem a cada complexo particular analisado (por exemplo, a produção ou o intercâmbio) e obtém uma determinada feição e um alcance determinativo próprio que depende do efetivamente existente. Não há, por conseguinte, como já se o assinalou, uma instância categorial que seja o fundamento do discurso, ao redor do qual, as demais figuras conceituais se moveriam como peças de um mecanismo teórico de caráter sistêmico. De certo modo, pode-se afirmar que não existe, ao menos num sentido tradicional, um “sistema” em Marx.

Nesse sentido, o caminho (*der Weg*) propriamente marxiano, em distinção ao que ocorria nos autores da Economia Política, não se estaca na posse das categorias mais simples em seu isolamento, nem mesmo faz delas o arrimo conceitual que sustenta, lógica ou arbitrariamente, uma arquitetura teórica. Tais figurações abstratas, as quais assim o

são não somente por seu teor ideal, e sim por seu caráter vácuo e indeterminado, não tem, portanto, um peso específico de princípios irrevogáveis, a partir dos quais os processos explicados seriam deduzidos ou arrimados. Essas são “tão somente” *abstrações*, ao menos nas etapas mais primaciais do processo de aproximação científica. Formas ideais nas quais se capturam e se expressam determinados lineamentos categoriais do concreto. Além disso, e por isso mesmo, não têm tais figuras o modo de existência da universalidade *a priori*, da qual o existente particular e finito seria uma simples eclosão. Como as categorias pensadas não possuem preexistência e nem autonomia frente ao concreto, essas devem ser sempre cotejadas e matizadas pelo desenvolvimento processual efetivo que se tem em exame. Assim, a *produção em geral* não tem legitimidade científica senão com base na sua remissão a um dado modo de produzir concreto e particular. A procedência ou adequação de uma categoria científica não é assegurada simplesmente por sua coerência, interna ou com a teoria. E, portanto, nem mesmo por seu conteúdo. São normalmente apenas certos traços gerais e ainda informes do complexo categorial investigado. Essa qualidade depende acima de tudo da aproximação do *concretum* objetivamente posto, em sua particularidade imanente e inerente, a fim de tomar posse dele como *Gedankenkonkretum*. Não por outra razão, Marx define seu modo de proceder como aquele que *vom Abstrakten zum Konkreten aufzusteigen* (MARX, 1983, p.35). Elevação que tem como alvo não o encontro de formas puras do pensamento, tomadas então como a verdade última do concretamente existente, como o seria nos marcos do idealismo *stricto sensu*.

Retomando o problema da determinação da questão de método em função daquela atinente à delimitação do estatuto de realidade do objeto, Marx fornece como sustentação da indicação do caminho que inclui a *Reise wieder rückwärts* como *die wissenschaftlich richtige Methode* a pressuposição básica de que o concreto é como tal *uma síntese de muitas determinações*. Ou uma *unidade dos diversos* (*Einheit des Mannigfaltigen*). Não se trata, por conseguinte, de uma assertiva cuja legitimidade seja instaurada metodologicamente, mas assentada num ponto de partida acerca da natureza de entes ou processos como objetividade e imanência. Caráter objetivo de ser que se perfaz exatamente pela articulação plena de suas categorias, pela concatenação particular que fornece a delimitação de sua finitude e distinção. Não é o ato de conhecer um arranjo dado pela subjetividade metodologicamente orientada a um mero *em-si* ou à informidade de um real

absolutamente desconexo. Ao contrário, a cognição se aproxima de um processo ou ente real, o qual tem *em-si* e *por-si* uma dada configuração objetiva, *uma forma de ser*, que cabe capturar conceitualmente, traduzindo-a numa figuração mental que reproduza e também explique o modo de ser da concretude. A síntese categorial não é, a um nível mais primário e essencial, uma dação teórica, mas é o caráter específico dos próprios existentes. Tal fato explicaria inclusive o porquê de o *pensar* reproduzi-lo como articulação de categorias. E aqui é importante repisar que tanto o pensar quanto o existir, ambos permanecem como momentos de uma relação, de uma defrontação, efetiva; ou seja, mantêm cada qual seu estatuto próprio, sem se identificarem. Com evidente acento categorial pendendo para a prioridade do existente, do concreto, frente ao pensamento que o vasculha e forceja por conhecê-lo. Como tal, o que existe não é obra do pensamento, nem é o que é como simples momento da transitividade da *substância racional*. A concretude sintética, o existente, em Marx, nesse contexto, se diz de dois modos: primeiro como *este* ente ou processo efetivo por-si; depois, como *totalidade de pensamentos*. Assim, “O sujeito real permanece existindo como sempre em sua autonomia fora da cabeça; até quando a cabeça se comporta apenas teoricamente, apenas especulativamente” {*Das reale Subjekt bleibt nach wie vor außerhalb des Kopfes in seiner Selbständigkeit bestehn; solange sich der Kopf nämlich nur spekulativ verhält, nur theoretisch*}. A cientificidade não é definida em separado da efetividade sobre a qual se debruça, ao invés, deve delimitar-se sempre em função da processualidade concreta a ser explicada. Em outros termos, “Também para o método teórico, por conseguinte, deve o sujeito, a sociedade, ter-se sempre à vista como pressuposição da representação” {*Auch bei der theoretischen Methode daher muß das Subjekt, die Gesellschaft, als Voraussetzung stets der Vorstellung vorschweben*} (MARX, 1983, p.36).

A esse respeito, é bastante revelador o fato de que Marx, ao invés de elaborar uma justificativa epistêmica ou metodológica, atinente prioritariamente à esfera procedimental, passe a discutir a natureza mesma das categorias. As formas são abordadas em sua dúplice existência possível; como integrantes imanentes à concretude da coisa e também como figuras ideais que representam teoricamente estes elementos. A longa exposição que se segue à apresentação dos *Wege* - seu próprio e aquele incompleto seguido pela Economia Política - se debruça sobre questões que remetem ao modo de existência das categorias e

sobre os contornos e parâmetros que definem a validade científica das mesmas. O problema central está sempre em delimitar o alcance explicativo e discursivo das categorias em referência ao estatuto do objeto, às diversas formas de sociabilidade e de interatividade, buscando encontrar o papel que aquelas cumprem na particularidade concreta. Nesse sentido, a existência antidiluviana de algumas categorias da vida social, como o *valor de troca* ou o *dinheiro*, por exemplo, não fazem delas um princípio trans-histórico da produção. Essas, ao contrário, existem exprimindo relações sociais particulares, determinadas numa dada época, e delimitando-se por esta função expressiva. A categoria pode ter existido historicamente de maneira “abstrata”, isolada e antes da série de conexões e elementos histórico-sociais, que a transformam em uma forma societária plenamente desenvolvida; que a remeta a um conjunto mais complexo e multiforme de relações sociais. Complexidade essa que se determina pelo grau de reciprocidade e de interdependência efetivamente existentes entre os diversos nichos e dimensões da produção social da vida humana. A resposta à inquirição acerca da possibilidade de existência independente (*unabhängige*) da assim chamada categoria mais simples frente àquela concreta revela, na sua aparente simplicidade, o quanto a solução deriva da própria analítica da coisa examinada e não de uma diretriz de caráter epistêmico: *ça depend* (MARX, 1983, p.36). A dependência irremediável do estatuto das categorias como conceito e da articulação destas numa forma discursiva do talhe concreto do objeto – sua contextura e maturação – é uma *démarche* característica da cientificidade marxiana. De um ponto de vista jurídico, *exempti gratia*, a posse pode aparecer como uma existência ou forma de existência social real, mas pressupondo sempre uma configuração particular, finita e concreta, na qual agrupamentos determinados exercem domínio sobre condições materiais e elementos do mundo.

As observações acerca da categoria *trabalho* são ainda mais esclarecedoras, porquanto apontem para o fato de que esta somente pôde vir a existir nesta simplicidade, como *Arbeit überhaupt*, a partir do próprio desenvolvimento histórico. O aumento da complexidade da própria interatividade social, com a emergência na modernidade da forma do capital, é o arrimo efetivo da categoria. Nesse contexto, a existência da categoria aparentemente simples oculta toda uma rota de transformações históricas na forma da produção que colocam a atividade mesma como pressuposição essencial, independentemente do cunho particular de cada ofício produtivo. O que aponta para o fato

de que o caráter, simples ou complexo, de uma categoria não advém somente do ato cognitivo, da abstração, mas, acima de tudo, ao do evoluir efetivo da coisa ou processo por-si, da produção social como tal. O caráter geral ou universal de uma categoria é uma emergência posta pelo desenvolvimento da produção da vida. Nesse sentido, “Assim as abstrações mais gerais só surgem no desenvolvimento mais geral do concreto, onde aparece uma série comum, partilhada por todos” {*So entstehn die allgemeinsten Abstraktionen überhaupt nur bei der reichsten konkreten Entwicklung, wo eines vielen gemeinsam erscheint, allen gemein*} (MARX, 1983, p.38).

Esse aspecto do problema aponta para uma das questões mais importantes envolvidas na posição marxiana acerca da produção do conhecimento. O *trabalho em geral* como categoria não tem apenas um princípio de existência, aquele referente à atividade de conhecer operada pelos sujeitos reais, vivos e ativos, no confronto das propriedades concretas de seu aparelho sensório-cognitivo com aquelas pertencentes à efetividade objetiva externa a eles. Além disso, a categoria simples, mais depurada de elementos particulares e acessórios ou contingenciais, por isso, mais “oca”, requer como condição de possibilidade a existência de uma forma societária na qual as diversas modalidades de atividade produtiva – física ou ideal – tenham um mesmo metro social. Ou seja, a categoria *trabalho em geral* é também implicada – e explicada – por uma sociedade onde os vários tipos de trabalho se equivalem, sejam equiparáveis, cotejados objetivamente a partir de um *médium* ou terceiro que desempenhe a função de mediação social. O trabalho como produtor de riqueza-capital, de mais-valor é, portanto, a pressuposição social efetiva do *trabalho em geral* como categoria científica. O que dá bem a dimensão da particularidade concreta a qual se subsume a própria cientificidade. A aproximação científica da realidade social – historicamente produzida pelos próprios homens – está irremediavelmente condicionada pelo talhe específico deste mesmo objeto. Não existindo uma instância que possa ser tomada como *exterior* à coisa a ser elucidada. O que torna mais complexa a questão da objetividade, se comparada ao modo como esta se dá no campo das ciências naturais e lógico-matemáticas. O caráter objetivo do conhecimento do social não é negado, mas condicionado pelo desenvolvimento mesmo dessa esfera, a qual abarca como parte integrante também o sujeito concreto que faz ciência. A sensibilidade a determinadas variações das condições - num sentido, extremo, a existência plena do objeto como tal - é

bem maior que nas ciências da natureza ou matemáticas. O fato da situação social do cientista e do *locus* no qual se produz o conhecimento ganha um relevo proeminente. Mas ilusório tomar esse aspecto como constante somente da cientificidade social. Basta pensar na constelação de problemas observáveis na história da física, por exemplo, de Aristóteles a Galileu/Descartes/Newton, para perceber o alcance efetivo dos condicionamentos histórico-sociais, tanto num sentido limitador quanto facilitador, têm para a construção do edifício da cientificidade em geral. Essa consequência já afasta, pois, da reflexão marxiana acerca do problema qualquer pretensão a esboçar um paradigma único, abstrato e universalizador da cientificidade, do *fazer ciência*. O desenvolvimento real do objeto condiciona e determina as possibilidades de sua aproximação:

Por conseguinte, a abstração mais simples, a qual a moderna economia coloca acima de todas e que exprime uma conexão antiquíssima e válida para todas as formas de sociedade, porém apenas aparece nessa verdadeira abstração prática como categoria da sociedade moderna (MARX, 1983, p.39)³.

A seguir, adverte Marx para o limite da validade científica das categorias mais simples, mais abstratas, aparentemente mais vazias de conteúdo determinante, o qual a cientificidade dominante tende a exacerbar. A economia política confere àquelas um caráter universal que atravessaria as mais diferentes formas de produção social, como um elemento a-histórico e permanente tanto em sua vigência abstrata como em seus lineamentos mais essenciais. Daí derivaria, em parte, a concepção das leis da produção como leis naturais e imutáveis. Ao contrário, as leis ou regras que regulam a produção nas diversas sociedades históricas concretas, com as formas de ser e modos peculiares de existência, não tem a fixidez suposta na natureza, nem muito menos são marcas antropológicas indeléveis e inalteráveis no tempo. Por um lado, como formas sociais, concretas e finitas de existência, são as leis da produção indefinidamente transformáveis, podendo vir a sofrer reconfigurações que lhes alterem o talhe da vigência e mesmo seu conteúdo mais determinante. Por outro lado, aquelas que se caracterizam pela sua máxima universalidade, não são igualmente fundamentos do itinerário histórico, princípios *a priori* de determinação da interatividade societária. Diversamente,

³Die einfachste Abstraktion also, welche die moderne Ökonomie an die Spitze stellt und die eine uralte und für alle Gesellschaftsformen gültige Beziehung ausdrückt, erscheint doch nur in dieser Abstraktion praktisch wahr als Kategorie der modernsten Gesellschaft.

(...) mesmo as categorias abstratas apesar de sua validade – justamente por sua abstração – para todas as épocas são, no entanto, na determinidade desta abstração mesma, igualmente produto de relações históricas e possuem sua plena validade { *Vollgültigkeit* } apenas para, e no interior, destas relações (MARX, 1983, p.39).

A universalidade das categorias tem a espessura não de um fundamento absoluto que se desdobraria *como* história, mas aquela de pontos *comuns* que se tornam, ou não, pela via do desenvolvimento concreto das formas societárias, traços determinativos potencialmente irreversíveis. A validade teórica de um conceito geral tem seu fundamento real no caráter categorial efetivo que se expressa idealmente como universal. Este é um dos sentidos em que se pode entender a observação marxiana, frequentemente malbaratada, de que a *anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco*. Certas categorias, não obstante sua existência antediluviana, somente ganham consistência ôntica plena quando incorporadas num complexo de maior estatura e de interconexões internas mais matizada. O que não resulta, bem entendido, em atribuir ao passado os sentidos efetivos do presente, nem, ao contrário, em simplesmente explicar a categoria no presente acompanhando seus desdobramentos históricos. A compreensão do valor como *medium* social somente é possível porquanto este o seja mais que um episódio ou fenômeno acessório da sociabilidade, quando a própria troca se tornou um elemento vital da produção como tal e, principalmente, quando a atividade produtiva e seu princípio subjetivo *circulam* como valores.

Ainda no contexto desta discussão, mas num outro registro, aparece um dos momentos mais referidos da discussão de Marx sobre o conhecer, mas que é talvez um dos mais desentendidos. A partir da delimitação das condições históricas da existência concreta das categorias simples, em especial, da remissão à questão da determinação dessa pelo desenvolvimento social, Marx passa a abordar as relações existentes entre os modos mais medrados de interatividade societária com aqueles que os antecederam. A realidade histórica capitalista, em sendo a forma mais desenvolvida da sociabilidade baseada em uma forma qualquer de propriedade privada das condições da produção, aparece, por conseguinte, como o modo a partir do qual as categorias podem ser tomadas, no que tange, inclusive, à dilucidação de formações societárias anteriores ou ainda não propriamente

desenvolvidas. Não por um motivo de caráter epistêmico ou em função de uma simples arbitrariedade. Mas na exata medida em que *ela [a sociedade moderna] edificou-se com aqueles destroços e elementos, dos quais certos restos ainda não superados nela se conservam {mit deren Trümmern und Elementen sie sich aufgebaut, von denen teils noch unüberwundene Reste sich in ihr fortschleppen}* (MARX, 1983, p.39). Em outros termos, a forma mais desenvolvida, em que pese sua *differentia specifica*, sua particularidade, edificou-se (*sich aufgebaut*) a partir da reconfiguração ôntica de, ao menos, algumas das categorias pertencentes a formações que as antecederam no tempo. Remodelação que, em certos casos, correspondeu à dação de caráter universal às categorias, como a do *trabalho*, por exemplo, que eram preenchidas na realidade social efetiva por um conteúdo extremamente particularizante. As categorias, como as condições objetivas da produção que se tornam propriamente *capital* apenas dentro de uma dada relação social objetiva, têm sua forma de existência societária concreta reconfigurada e oferecem com isso um novo conteúdo determinativo para a atividade produtiva. Ainda que estas permaneçam material ou objetivamente (os meios de trabalho, por exemplo) existentes com suas propriedades físicas e objetivas que lhe sejam inerentes. É somente a partir desse contexto bem preciso é que se pode tomar com justeza e correção a observação marxiana de que *A anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco (Die Anatomie des Menschen ist ein Schlüssel zur Anatomie des Affen)* (MARX, 1983, p.39).

Em primeiríssimo lugar, há que ressaltar com ênfase que duas das traduções da *Einleitung zur den “Grundrisse”*, daquelas examinadas no curso de elaboração do presente trabalho – uma delas, brasileira (MARX, 1974, p.126)⁴ – ao estranhamente elidirem o vocábulo *ein* (um/uma) dão a entender ao leitor ou ao estudioso menos atentos que se trata de uma prescrição de talhe epistêmico. Ou mesmo da indicação de uma norma “marxista” universal e obrigatória pela qual as formas menos desenvolvidas ou menos complexas de existência necessariamente, por assim dizer, “se resolveriam” no remetimento de suas categorias, ou do modo particular destas existirem, àquelas das mais maturadas. Nada mais falso, levando-se em consideração tanto as observações que antecedem quanto aquelas que

⁴ Cabe aqui referir a existência de duas outras traduções brasileiras, as quais não comentem a elisão acima apontada: uma referente apenas ao item *O Método da Economia Política*, publicada na Coleção Primeira Versão, nº. 71, IFCH-UNICAMP, 1997, e aquela já constante da primeira tradução completa dos *Grundrisse* em português publicada pela Boitempo Editorial em 2011.

se sucedem à célebre afirmação. Marx, certamente, argumenta no sentido de haver uma relação entre modalidades historicamente diversas, em termos de grau de complexidade, de vida e produção sociais. Não obstante, isto não significa asseverar que o modo de ser concretamente mais desenvolvido de uma categoria numa dada sociedade hodierna forneça, por si só, a possibilidade do entendimento desta mesma forma do ser social em sociedades anteriores. Afora isso, há perigo desse tipo de entendimento epistêmico resultar na atribuição, ainda que implícita e não deliberada, de um tipo de “evolucionismo” ao pensamento marxiano. Ainda que as categorias que perfazem a interatividade social burguesa possam ser um dos elementos que auxiliem na decifração do modo de ser destas em momentos históricos anteriores, tal não se dá, entretanto, sob o signo da pura e simples identidade. Nesse sentido,

A economia burguesa fornece assim a chave para a antiga etc. Mas de modo algum à moda dos economistas, que borram todas as diferenças históricas e veem a burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, a corveia etc. quando se o faz com a renda fundiária. Mas não se o deve identificá-las. Além disso, sendo a sociedade burguesa mesmo apenas uma forma opositiva de desenvolvimento, por isso, relações de formas anteriores frequentemente apenas são nela encontradas totalmente atrofiadas ou até travestidas (MARX, 1983, p.39)⁵.

A função heurística desempenhada pela figuração moderna das categorias, tendo em vista o conhecimento de épocas anteriores (ou menos complexas) da produção social da vida humana, porquanto possuam aquelas *uma verdade (eine Wahrheit)*, somente pode ser *tomada (zu nehmen) cum grano salis* (MARX, 1983, p.40). Essa prudência científica se torna tanto mais essencial, quanto mais se deva ter em mente que a atividade de conhecer é para Marx, antes de tudo, o ato de apreender, fixar e, posteriormente, estabelecer teoricamente o conjunto de determinações, e da articulação destas, que perfazem um dado modo de existência histórico da sociabilidade. Ou seja, a distinção o mais precisa possível, a indicação da *differentia specifica* permanece como meta e diretriz inegociáveis da aproximação científica no discurso marxiano. Essa cautela científica na identificação do

⁵Die bürgerliche Ökonomie liefert so den Schlüssel zur antiken etc. Keineswegs aber in der Art der Ökonomen, die alle historischen Unterschiede verwischen Und in allen Gesellschaftsformen die bürgerlichen sehen. Man kann Tribut, Zehnten etc. verstehen, wenn man die Grundrente kennt. Man muß sie aber nicht identifizieren. Da ferner die bürgerliche Gesellschaft selbst nur eine gegensätzliche Form der Entwicklung, so werden Verhältnisse früherer Formen oft nur ganz verkümmert in ihr anzutreffen sein oder gar travestiert.

papel das categorias traz como consequência o que pode ser identificado como *antimétodo* marxiano. Não no sentido, evidentemente da ausência de procedimentos ou regras de produção da intelecção, mas como elemento que relativiza o papel central atribuído à metodologia, pelo menos desde as auroras da modernidade. A esfera dos procedimentos cognitivos se resolve apenas na medida em que remeta ao modo de existência objetivo do objeto e não aos modos como um suposto sujeito autônomo, este na realidade igualmente determinado histórico-socialmente, se aproxime deste ou daquele modo dado *a priori* do efetivamente existente.

Não por outra razão, Marx definirá como principal ponto a reter (*festzuhalten*) o fato de que o concreto a ser explicado, *o sujeito, aqui, a moderna sociedade burguesa, está dado tanto na efetividade quanto na cabeça (in der Wirklichkeit so im Kopf, das Subjekt, hier die moderne bürgerliche Gesellschaft, gegeben ist)* (MARX, 1974, p.126). Em outros termos, a base do “método” marxiano não se situa numa pressuposição epistêmica, mas no reconhecimento de que o ente ou o processo examinado está duplamente dado, não somente como conjunto articulado de categorias mentais, mas, antes de tudo, como uma série articulada de categorias que perfazem a concretude. A síntese categorial está dada, positiva e prioritariamente na realidade em relação ao ato da cognição. Como corolário, *die Kategorien daher Daseinsformen, Existenzbestimmungen*. Daí também resulta a já assinalada inexistência da “chave” de cunho conceitual a partir da qual um construto metodológico pudesse ser erigido e passasse assim a funcionar. A analítica das formas da concretude não pode, por conseguinte, ser sobreposta ou substituída por um receituário procedimental de caráter prescritivo. Apenas a decifração categorial, da qual a extração das abstrações mais gerais é tão somente *um momento*, pode abrir caminho à compreensão e explicação dos complexos efetivamente existentes. Nesse sentido, não parece haver no discurso marxiano nada que autorize a sua identificação com uma metodologia qualquer, seja esta de talhe lógico seja de cunho historicista. Ademais, acerca dessa última questão é importante notar como reiteradamente Marx chama a atenção para o quão equivocado pode ser meramente acompanhar o desenvolvimento histórico, cronológico, de uma da categoria. Por outro lado, como *die politische Ökonomie ist nicht Technologie* (MARX, 1974, p.21), a questão da decifração da *differentia specifica* dos modos de produção social da vida não se soluciona com o exame da atividade produtiva em sua figura mais imediata, como produção

de valor de uso, de seus elementos objetivos ou da forma abstrata e empírica da relação dos homens com a natureza. Ao contrário, o problema apenas encontra solução porquanto se atinja a aproximação a mais rigorosa possível da *forma de ser social particular* na qual aquela atividade transcorre num determinado modo de produzir a vida humana. Trata-se, portanto, de identificar analiticamente um dado *padrão de existência categorial*, o qual configura propriamente *um modo*, ao qual, uma vez subsumidas, as categorias ganham sua pertinência histórico-concreta:

Em todas as formas de sociedade é uma produção que determina todas as outras e cujas relações por isso designa {*anweist*} também a todos os outros, seu lugar {*Rang*} e influência {*Einfluß*}. É um matiz {*Beleuchtung*} geral, no qual todas as outras cores estão imersas {*getaucht sind*} e [que] as modifica em sua particularidade. É um éter {*Äther*} particular que determina o peso específico de todo o existente (*Daseins*) que nele eclode {*hervorstechend*} (MARX, 1983, p.41).

A metáfora atmosférica tem aqui uma especial importância na medida em que acentua tanto a imersão das categorias num dado modo particular de existência social concreta, quanto o espraiamento desse halo societário por todos os nichos e meandros da sociabilidade, como determinação essencial, à qual estão subsumidas as demais relações e formas e que estas realizam. Pode ser compreendido igualmente como um determinado matiz ou tonalidade (*Beleuchtung*) dominante que enquadra e formata as outras cores e matizes, fornecendo-os seu espaço e configuração adequados. Como princípio eficiente cujo escopo reside em matizar as relações que lhe são subordinadas e dependentes, a forma social da produção humana não borra ou apaga as demais colorações societárias, mas as define, ou mesmo redefine, tornando leve, ou intensamente, diferente a tonalidade anterior. O que altera sobremaneira os modos de interação dos elementos, na medida em que estes passem a refletir tons de outros comprimentos. Esse recurso torna, além disso, mais palpável a natureza eminentemente relacional da determinação categorial.

III. PARA ALÉM DE HEGEL: O *FUNDAMENTO* MATERIALISTA DA CRÍTICA

O tratamento que encontra em *Introdução de 1857* o problema da relação entre o estatuto das categorias e a definição dos procedimentos adequados à cognição das conexões da interatividade social, permite colocar a questão de método conforme aparece em *O Capital* sob um ângulo diverso do predominante na tradição das leituras da obra marxiana. O desafio não é tornar palatável a pretensa absorção marxiana do método dialético hegeliano, mas o de explicitar as bases mesmas do procedimento da crítica da economia política, a qual contempla a abordagem da relação contraditória entre as determinações que perfazem as formas da produção social capitalista. A questão do *fundamento* (*Grundlage*) – e não da *fundamentação*, como quer a tradução, altamente enviesada pelo “império da gnosiologia”, oferecida na coleção *Os Economistas* (MARX, L. I, 1985, p.20)⁶ – do método de *O Capital* não se resolve mediante sua ancoragem numa pretensa herança hegeliana de talhe lógico, mas somente com a compreensão da sua dúplice determinação pelo objeto. Primeiro, da subsunção ativa à coisa que se investiga. Em segundo lugar, como resultante necessária do primeiro aspecto, da forma analítica de proceder.

Esse problema exige sua remissão a outro, que será referido por Marx próximo ao fecho do posfácio em questão, mas que no mais das vezes é absolutamente ignorado pelos intérpretes afiliados à convicção da existência de uma herança hegeliana que orientaria *au fond* o discurso marxiano. Referimo-nos aqui à indicação de que *se deve distinguir o modo de apresentação formal daquele do modo de pesquisa (muß sich die Darstellungsweise formell von der Forschungsweise unterscheiden)* (Cf. MARX, 1998, 23, p.27). O modo de apresentar, que se configura como uma totalidade de enunciados que têm como alvo tornar disponível à compreensão um dado conteúdo, a *crítica da economia política*, não pode ser sobreposto ou fazer recobrir àquele mediante o qual o conhecimento foi efetivamente conquistado e produzido. Ou seja, entre o modo de apresentar, o qual obviamente contém – como Marx mesmo o reconhece – uma série de elementos ou formas de mediação recolhidos ao jargão hegeliano, e o modo de descobrir as determinações, analítico por excelência, há, senão uma convivência tensa, ao menos uma diferença essencial. Afora isso,

⁶ O que pode ser observado com especial clareza em *O Capital*, livro I.

há que atentar também para o fato de que, mesmo incorporando os *insights* formais da dialética hegeliana, o modo de exposição dialético de Marx, se este existir, não necessariamente precisa ser idêntico ou simples caso daquele de seu mestre. A exposição dialética das relações categoriais determinativas no pensamento marxiano são, ao menos como *telos* declarado, *exposição de relações reais* diferente em cerne de uma *pura dialética de conceitos*, de uma armação lógica autossustentada. A trama de desenvolvimento categorial, ao contrário do que ocorre *grosso modo* em Hegel, não é a descrição da história da categoria real, mas a exposição crítica das conexões daquela com as demais constantes do complexo examinado. Os passos apresentados são modos de remetimento concreto e finito das determinações entre si, cuja logicidade, num sentido assaz amplo, somente vigora no âmbito circunscrito na e pela finitude da coisa efetiva. Assim, quando se acentua em demasia o papel do *modo de apresentar*, extravasando sua validade para além de seu peso específico na elaboração marxiana, normalmente se perde de vista o *modo de descobrir*, aquele que caracteriza propriamente o procedimento marxiano diante da concretude social capitalista, bem como como este modula e delimita as etapas da apresentação do material conhecido. As posições teóricas que aproximam Marx a Hegel, ou melhor, a *crítica da economia política* à *Wissenschaft der Logik* passam ao largo dessa questão e não abordam o problema do estatuto das categorias marxianas. Portanto, também tratam da resolução metodológica, a partir de uma inquirição que se centra unicamente na economia interna do discurso apresentado, sem interrogar-se pelo como se armam os conceitos assim expostos.

Como Marx procede ante a seu objeto? Dialeticamente? Deixemos pois que o próprio discurso marxiano nos ajude a esclarecê-lo: “A pesquisa tem de apropriar-se em detalhe da matéria, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e detectar sua conexão interior” {*Die hat den Stoß sich im Detail anzueignen, seine verschiedenen Entwicklungsformen zu analysieren und deren innres Band aufzuspüren. Erst nachdem diese Arbeit vollbracht, kann die wirkliche Bewegung entsprechend dargestellt werden*}. Somente uma vez efetivada essa aproximação da articulação categorial que perfaz a coisa é que possível empreender uma exposição do conhecido, na qual “se espelha agora idealmente a vida da matéria {*spiegelt sich nun das Leben des Stoffs ideell wider*}” (MARX, 1998, p.23). O que se tem aqui é uma retomada sintética da apresentação da discussão do método de *O Capital* feita por um periódico russo, citada e avalizada por

Marx no *posfácio* à segunda edição. É importante ressaltar que numa passagem, igualmente transcrita por Marx, o autor do mesmo artigo russo faz notar, ainda que de modo ácido, a distinção entre *Darstellungsweise* e *Forschungsweise*, assinalando o talhe analítico do segundo em oposição ao aparentemente idealista do primeiro.

Nesse sentido, parece ser de utilidade apanhar alguns dos pontos principais do extrato da resenha em questão, contido no corpo do posfácio. Em primeiro lugar, há que indicar o fato de o *ponto de partida* (*Ausgangspunkt*) não ser um princípio conceitual *a priori* ou uma chave de interpretação previamente interposta entre o pesquisador e a matéria examinada, nem mesmo um conceito anteriormente fixado. Como analítica, o procedimento tem sempre como referencial a *aparição ou manifestação externa* (*äußere Erscheinung*) (MARX, 1998, 23, p.26) com a qual aquela se depara. Não se trata então de uma crítica de conceitos ou formas puramente ideais, nem, por conseguinte, de prover uma articulação cujo arrimo e balizamento se situem no terreno de uma logicidade previamente desenhada. O início do processo de pesquisa tem sempre como material a coisa tal qual ela se apresenta na efetividade social, na dimensão mais ceterior da prática social, na qual os homens reais têm de defrontar com o cotidiano e os desafios desta. Ceterioridade que é referida logo na abertura da obra, quando se indica a *äußere Erscheinung* do modo de produção capitalista: a riqueza como uma *imensa coleção de mercadorias* (*ungeheurer Warensammlung*) (MARX, 1998, 23, p.49). É exatamente dessa forma de dar-se, de aparecer, da riqueza que se parte no procedimento analítico, tendo como objeto, evidentemente, não a pluralidade multiforme das mercadorias, mas a forma de existir, igualmente dada na efetividade social, que lhes são comuns: a forma mercadoria. Mas, ressalte-se, não é uma discussão acerca do “conceito” de mercadoria, ou desta como categoria epistêmica, mas uma análise, separação em partes constituintes, da forma de existir atual dos produtos do trabalho. Um segundo aspecto importante indicado na resenha russa, e que reafirma o contido em *Introdução de 1857*, é o caráter não unívoco, ou particular, das categorias. O fato de estas só poderem ser corretamente captadas e apreendidas em remetimento a um modo de existência histórico concreto da produção social. Em enlace essencial com a *differentia specifica* que determina a matriz categorial desse ou daquele modo de produzir a vida humana. A diversidade histórica da organização societária dos homens é um horizonte que delimita, e adstringe em termos de

universalidade categorial, a cientificidade social. Não se deve pretender, senão como simples *abstrações razoáveis* (*verständige Abstraktion*) (MARX, 1983, p.20), que as categorias tenham uma validade universal. Aqui se observa o uso de um símile no qual a formação social é comparada a um organismo, vivo por definição, com a possibilidade de modificar-se no tempo, de assumir modos de existência diferenciados, nos quais determinados aspectos sofram um processo de modulação, instaurando uma *differentia specifica* com relação ao modo anterior de ser. Ou seja, “(...) uma e mesma aparição (*Erscheinung*) subsume-se {*unterliegt*} a leis de todo {*ganz und gar*} diversas em consequência da estrutura inteiramente {*Gesamtbau*} diversa de cada um desses organismos, da variação {*Abweichung*} em cada um de seus órgãos, das diferenças das condições etc.” (MARX, 1998, Bd.23, p.26).

O decisivo é encontrar e fixar categorialmente a diversidade essencial que se estabelece no curso das transformações históricas da produção social da vida humana; é capturar a particularidade de cada modo em sua *differentia specifica*. Em virtude de não ser este o momento apropriado, a discussão do sentido marxiano da noção mesma de *differentia specifica*, que tem uma importância crítica para a definição de parâmetros de diferenciação *Sub specie*, será desenvolvida na conclusão desse trabalho. Por ora, cabe deixar apontado que esse elemento da reflexão marxiana, que aparece primeiramente nos *Grundrisse*, permanece tendo no desenvolvimento da crítica da economia política um valor capital. Como corolário dessa posição, tem-se uma definição de lei social que se distancia cabalmente do modo como se entende lei nas ciências físicas. A legiferação é sempre de caráter histórico e particular. Lei é, nesse contexto, um determinado padrão condicional “o qual regula nascimento, existência, desenvolvimento e morte de dado organismo social e sua substituição por outro, superior {*welche Entstehung, Existenz, Entwicklung, Tod eines gegebenen gesellschaftlichen Organismus und seinen Ersatz durch einen andren, höheren regeln*}” (MARX, Bd.23, 1998, p.26). Um último ponto a notar é a indicação do caráter dinâmico como um traço inerente à interatividade social. Estreitamente conectado ao tema da lei social da produção como regra mutante dependendo do caráter específico e particular da forma concreta de cada sociabilidade, a questão da própria historicidade da organização da vida societária se revela um traço importante da reflexão marxiana, nas considerações do comentarista russo. Não obstante seja de talhe irremediavelmente objetivo, pois que

“dirigido {*lenken*} por leis que não somente são independentes da vontade, da consciência e das intenções dos homens, mas antes, ao contrário, lhes determina vontade, consciência e intenções” (MARX, Bd. 23, 1998, p.26), o processo da vida social não é do mesmo tipo do que ocorre na natureza. A transformação é uma constante inerente e imanente. Em que pese o teor quase objetivista que empresta ao pensamento marxiano, em virtude da acentuação tendendo à unilateralidade do momento objetivo, a apresentação russa tem a virtude de buscar articular o modo analítico de Marx ao caráter movido e movente da própria realidade social.

O tratamento do aspecto precedentemente indicado nos remete ao tema das relações da reflexão marxiana, e de sua cientificidade, com o pensamento de Hegel, em especial, com a dialética. Mas de uma vez confessada por Marx, a presença de certos delineamentos devidos ao filósofo do Espírito foi em medida talvez ainda maior assinalada sob o signo de uma influência ou mesmo de uma filiação. Em certos casos, como o de Ruy Fausto e outros, por exemplo, o método da crítica da economia política é tratado, senão seu próprio arcabouço teórico, como *um capítulo da dialética em geral*, sendo a pretendida crise do marxismo somente uma manifestação das agruras inerentes a esta corrente (RUY, 1987, p.15-21). Avaliação com a qual, evidentemente, o presente trabalho de pesquisa não está assente. Nesse sentido, há que reconhecer a presença hegeliana na crítica da economia política, sem, no entanto, fazer com que esta recubra o que originalmente de Marx.

Marx, mesmo admitindo as virtudes da dialética, bem como o papel de inflexão representado por Hegel, de modo algum vai simplesmente situar-se, como mais *um hegeliano*. Ao contrário, de maneira explícita e desdobrada, desde 1857, fez sempre questão de ressaltar o quanto a *démarche* de sua elaboração diferia essencialmente daquela do mestre alemão. Abundam autoindicações críticas nos manuscritos dos *Grundrisse*, nas quais fazia questão de ressaltar o necessário cuidado que a forma expressiva deveria merecer, para que o desenvolvimento da argumentação não tomasse a aparência de uma pura *dialética de conceitos*, mas que se explicitasse como uma *expressão de relações reais* (MARX, 1983, pp.25, 43, 85-86, 175, 340).

O que é de importância central na medida em que este enorme conjunto de manuscritos de natureza heurística se configurou primeiro grande esforço sintético da crítica da economia política, tanto no que se refere à analítica dos problemas quanto na

expressão daquela como articulação argumentativa. Em um desses apontamentos, observa-se explicitamente que:

Será necessário mais tarde, antes de abandonar essa questão [da relação entre dinheiro e mercadoria], corrigir {zu korrigieren} a maneira idealista de apresentação {die idealistische Manier der Darstellung}, a qual dá a aparência {Schein} de tratar-se apenas de determinações conceituais {Begriffsbestimmungen} e da dialética desses conceitos {Dialektik dieser Begriffe}. Portanto, antes de tudo, a frase: o produto (ou a atividade) torna-se mercadoria; a mercadoria valor de troca; o valor de troca dinheiro (MARX, 1983, p.85-86).

Já no contexto de *O Capital*, Marx trata de explicitar com mais desdobramentos o quão diverso, em termos de pressuposições essenciais, sua posição diverge daquela da especulação hegeliana. Essa divergência não radica numa simples diferença epistêmica ou de concepção metodológica, mas depende da identificação de uma oposição cujo sentido se relaciona com a determinação mesma da concretude. O concreto, como se viu anteriormente, quando da discussão de *Introdução de 1857*, não é, para Marx, produto de uma operação ideal que sintetiza em si determinações e que, nesse proceder, ultrapassa o nível do finito, existente *aí*, positivamente, para descortiná-lo então como *momento* da transitividade de uma substância racional. É o concreto, como ente e/ou processo positivos, uma síntese dada, não percebida direta e imediatamente. Não é o ato de intelecção que confere concretude à coisa, mas é este a apropriação da concretude, por meio da concreção de abstrações, como *coisa* ou *concreto pensado*. No posfácio, do qual nos ocupamos, essa delimitação crítica reaparece de um modo ainda mais cortante, quando Marx pretende, concomitantemente ao tracejamento das fronteiras entre si e Hegel, também apontar o que há de meritório, não obstante a especulatividade, na dialética. Não é de modo algum a configuração de uma lógica que permitiria plasmar teoricamente objetos quaisquer. O que Marx identifica como *den rationellen Kern* não é uma chave epistêmica ou um princípio lógico conformador do conhecimento. Diferentemente, é o fato de a *contradição*, como um dos aspectos mais essenciais do desenvolvimento da realidade, ter tido no pensamento hegeliano, sob o nome de *dialética*, a exposição de *suas formas gerais de movimento (ihre allgemeinen Bewegungsformen)*. Reconhecimento de um mérito sem dúvida, mas situado no terreno da *generalidade*, ainda mais quando precedido e sucedido da grave ressalva de que aquele tenha sofrido uma *mistificação (Mystifikation)*. Não encerra, por conseguinte, o

testemunho de uma dívida ou filiação científica de larga monta. A contradição, como *determinação* ou *atributo* das formas de realização e do concreto, não é na crítica da economia política, como era na *especulação*, *sujeito real*. Não é a contradição que se move por meio da relação antitética entre valor e valor de uso no cerne da forma mercadoria, mas é esta um *caráter* imanente à forma de ser dos produtos como realização do trabalho no processo de valorização. Entre *caráter* e *sujeito efetivo* há, pois, uma diferença essencial. A contradição não é um infinito que *se realiza* na finitude da forma das mercadorias, mas é um aspecto flagrado analiticamente, como talhe ou teor de uma relação entre duas determinações. Assim como o era o próprio valor, que não é, senão por meio *da* mercadoria como sujeito concreto, discreto e finito, e enquanto uma determinação desta, existindo como *figura simples* da riqueza no mundo do capital. O aspecto que encerra certa positividade na dialética é que esta *em sua figura racional* (*In ihrer rationellen Gestalt*), ou seja, como expressão dos movimentos de configuração de entes e/ou processos concretos, finitos e discretos, *no entendimento positivo dos existentes, inclui bem como, igualmente, o entendimento de sua negação, de sua necessária destruição* (*in dem positiven Verständnis des Bestehenden zugleich auch das Verständnis seiner Negation, seines notwendigen Untergangs einschließt*) (MARX, 1998, Bd.23, p.28).

A posição de Marx frente à especulação hegeliana se explicita de modo límpido quando assinala que “Meu método dialético é, em seu fundamento, não apenas diferente do hegeliano, mas oposto direto dele {*Meine dialektische Methode ist der Grundlage nach von der Hegelschen nicht nur verschieden, sondern ihr direktes Gegenteil*}” (MARX, 1998, Bd.23, p.27). A analítica marxiana, nem mesmo a exposição das contradições encontradas, não se arrima na mera adaptação ou depuração da lógica idealista em uma contraparte materialista. O que ocorre é, antes melhor, uma nova posição filosófico-científica cuja matriz se situa nos antípodas daquela de Hegel. Como *direktes Gegenteil* em comparação à especulação, o padrão reflexivo e de cientificidade marxiano se ergue a partir do reconhecimento do ser por-si de processos, entes e relações, em sua finitude e especificidade concretas. Não é o caso de uma nova fundamentação metodológica, mas de uma base, uma pressuposição essencial, a qual remete a um nível de determinação mais primário que aquele gnosiológico. A oposição a Hegel é de natureza ontológica, é a da instância do que se define como *ser* antes daquela acerca do *conhecer*. À substancialização

do pensar como sujeito Marx opõe a prioridade dos entes e processos em sua finitude e existência atual como ponto de partida e parâmetro da cognição. Como já se assinalou anteriormente, o que resulta desse posicionamento crítico não é uma simples inversão metodológica, mas uma reversão em cuja base está a identificação e o reconhecimento teóricos da autonomia do efetivo. O que resulta, sem dúvida, também numa reversão – ou inversão – do tratamento das categorias, porquanto estas não sejam mais manobradas como momentos de um sistema de realização da infinitude da *Idee*, e sim como formas de determinação do ser de um existente (ente ou processo) particular e finito. A ordem dos procedimentos se determina por aquela referente à do estatuto das categorias; e não o contrário.

REFERÊNCIAS

ALVES, Antônio J. Lopes. **A cientificidade na obra marxiana de maturidade: uma teoria das *Daseinsformen***. Tese de Doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: IFCH/Unicamp, 2012.

ALVES, Antônio J. Lopes **A questão do *Standpunkt* na cientificidade marxiana: a querela do trabalho produtivo na economia política**, In Verinotio, n. 12, 2011, p.87 a 93.

CHASIN, J. **Marx. Estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **Das Kapital, erster Buch**, In Marx-Engels Werke, Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1998.

MARX, Karl. **Die Methode der politischen Ökonomie – o método da economia política, terceira parte**, In Coleção Primeira Versão, volume 71 edição bilíngue. Campinas : IFCH/Unicamp, 1997.

MARX, Karl. **Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie**, In Marx/Engels: Werke, Band 42, Berlin: Dietz-Verlag, 1983.

MARX, Karl. **Grundrisse, manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Introdução [à Crítica da Economia Política]**, In Coleção Os Pensadores, volume Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1974

MARX, Karl. **O capital, livro I**, In Coleção Os Economistas, volume Marx I. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Randglossen zu Adolph Wagners „Lehrbuch der politischen Ökonomie“**, In Marx-Engels Werke, Band 19. Berlin: Dietz Verlag, 1962.

MARX, Karl. **Thesen über Feuerbach**, In Marx-Engels Werke, Band 3. Berlin: Dietz Verlag, 1969.

VAISMAN, Ester. **Dossiê Marx: itinerário de um grupo de pesquisa**, In Ensaio Ad Hominem, n. 1, Tomo IV. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.